

EM VÉSPERAS DO EXAME DO GOVERNO NA A. R.

AUMENTOU A PRODUÇÃO E DIMINUIU O ABSENTISMO

— anunciou Mário Soares

Pág. 5

EMPRÉSTIMO FORÇADO

(cobrado via 13.º mês)

ESTÁ COMPROMETIDO

Pág. 28

dp especial
Eleições
para
as Autarquias

ÉVORA E PORTALEGRE

AS PROMESSAS FALHADAS



Foto de EURICO VASCONCELOS

Destacável

LISBOA TEM DOS MAIS BAIXOS SALÁRIOS DA EUROPA

Pág. 21

A PALAVRA DAS CRIANÇAS



Foto de JOSÉ ANTUNES

Quando aos dez anos uma criança considera a morte como o supremo estado de felicidade, os adultos deverão meditar nas falhas da sociedade que construíram para os seus filhos. A palavra das crianças, dura, autêntica e directa, trazendo-nos a lição das suas realidades virgens, surge hoje, no nosso suplemento «Sábado Popular», em colaboração com a rubrica «Dimensão Infantil», do Programa 3 da RDP, falando da Vida: é o início de uma secção semanal que, sendo produzida pelas crianças, dedicamos especialmente aos adultos...

SER FELIZ É MORRER?

Ser feliz
É não sentir o frio
no nosso corpo até ficar roxo
no Inverno.
Ser feliz
É não comer a broa com bolor
ou sentir o prato vazio rapidamente.

Ser feliz
É não levar tarefa da mãe
porque trabalhamos devagar.
Ser feliz
É ter uma casa sem buracos
e uma cama fofinha.
Ser feliz
É depois da quarta classe poder
(estudar mais

Ser feliz
É ter emprego
e tirar um curso.
Ser feliz
É o pai não bater na mãe
porque se embebeda.

Ser feliz
É ter bolas para brincar.
Ser feliz
É não chorar
Ser feliz
É ter uma prenda na noite de
Natal ou no dia de anos

Ser feliz
É poder comprar os medicamentos
(tos-
para os manos quando adoecem
Para mim
Ser feliz
é morrer...

E tu,
quando tiveres
tudo isto que eu não tenho
tens a Felicidade!

MARIA ISABEL ALVES SERRA
10 anos

CRUZ DO FUNDO — SERTA

Suplemento

Eleições para as Autarquias

GUIA ELEITORAL

A PROPORCIONALIDADE E A ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A lei para as eleições das autarquias locais foi já publicada, conforme referimos na altura, no «Diário da República» de 29 de Setembro. Dada a extensão do documento, apenas enumeraremos, dessa lei, algumas questões com mais interesse.

Assim, a legislação determina que as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais sejam eleitas pelo sistema de representação proporcional, à semelhança do que se passou quando das eleições para a Assembleia da República. Desta forma, não será a lista mais votada a preencher todos os lugares, mas as várias listas concorrentes, conforme o mínimo de votos que obtenham. Um exemplo: numa freguesia com 40 mil eleitores, concorrem duas listas para a Assembleia de Freguesia (cada lista tem 15 elementos); a lista A, suponha mos, obtem sessenta por cento dos votos, ou seja 24 mil pessoas que votam nela, e a lista B obtém quarenta por cento, ou seja os votos correspondentes a 16 mil pessoas; segundo o princípio da proporcionalidade, serão eleitas para a Assembleia de Freguesia 9 pessoas da lista A e 6 pessoas da lista B. O mesmo se pode aplicar a igual situação relativamente à Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal é outro órgão que iremos eleger. Mas, atenção, só elegeremos uma parte da Assembleia Mu-

nicipal, pois a outra parte é composta pelos presidentes das Juntas de Freguesia do Município. O número de membros eleitos será, no mínimo, superior em um ao número dos presidentes das Juntas.

A esta eleição só concorrão partidos políticos.

As principais atribuições da Assembleia Municipal são as seguintes: acompanhar e fiscalizar, de um modo geral, a actividade da Câmara, solicitando e recebendo informações sobre os assuntos de interesse para o Município; aprovar os planos de actividade, os orçamentos, o balanço e as contas da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal terá três sessões ordinárias por ano, respectivamente em Março, Setembro e Dezembro, competindo ao seu presidente convocar as sessões. A primeira e a terceira sessões destinam-se, respectivamente, à aprovação do relatório e contas de gerência e do programa de actividades e orçamento para o ano seguinte a apresentar pela Câmara. A Assembleia Municipal pode, ainda, reunir-se em sessão extraordinária, quando convocada pelo presidente da Assembleia Municipal, ouvido o presidente da Câmara Municipal; pelo presidente do Município, ouvida a Câmara Municipal; a requerimento de um terço dos membros da Assembleia Municipal e a requerimento de um décimo dos cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais do Município.

ÉVORA E PORTALEGRE



PROMESSAS FALHADAS

ESPERANÇADAMENTE as pessoas têm dilatado no tempo os seus sonhos mais caros, à espera do dia da sua realização

Esses sonhos-anseios são, muitas vezes, o desejo de ter casa, segurança social, trabalho certo, o direito a viver, e não apenas a existir.

Esperançadamente, têm adiado coisas inadiáveis. Mas a capacidade de espera tem, também, o seu limite. E o povo alentejano que encontramos nos distritos de Évora e Portalegre descre já de que as soluções de base sejam alcançadas através de eleições — goradas que foram todas as promessas recentes. A caça ao voto, desta vez, parece que vai resultar (ainda) menos.

DISTRITO DE ÉVORA

ELEITORES INSCRITOS: 137 537, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 14.

FREGUESIAS: 70 com mais de trezentos eleitores e 7 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. C. P., 43 • P. S., 30,3 • P. P. D., 9,2 • C. D. S., 8 • U. D. P., 2,6 • F. S. P., 1,2 • M. E. S., 0,7 • Votantes, 88,4 • Abstenções, 11,6 • Votos brancos, 1 • Votos nulos, 2,4.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito o M. R. P. P., o P. C. P. (m.-l.), a L. I. C., o P. P. M., o P. D. C. e o P. R. T.

DISTRITO DE PORTALEGRE

ELEITORES INSCRITOS: 109 948, número referente a Junho de 1976.

CONCELHOS: 15.

FREGUESIAS: 79 com mais de trezentos eleitores e 3 com menos de trezentos eleitores.

PERCENTAGENS NAS ELEIÇÕES DE ABRIL/76: P. S., 42 • P. C. P., 22 • C. D. S., 13,9 • P. P. D., 10,1 • F. S. P., 1 • M. E. S., 1 • U. D. P., 1 • Votantes, 87 • Abstenções, 13 • Votos brancos, 0,3 • Votos nulos, 4,4.

CONSIDERANDOS: Não concorrem neste distrito a L. C. I., o P. P. M., o M. R. P. P., o P. C. P. (m.-l.), o P. D. C. e o P. R. T. Apresentam-se às urnas 6 listas de cidadãos independentes, candidatas a Assembleias de Freguesia, não havendo nenhuma freguesia sem qualquer lista de candidatos.

Coordenação de CARNEIRO JACINTO • Reportagem de MARIA ARMANDA REIS

Fotos de EURICO VASCONCELOS

dp especial
Eleições para as Autarquias

ÉVORA E PORTALEGRE AS PROMESSAS FALHADAS

CERCA de oitocentos quilómetros por estradas e desvios, percorrendo doze dos concelhos que compõem os distritos de Évora e Portalegre, numa caminhada-procura, no rasto do palpitar eleitoral, que se deveria lá adivinhar logo aos primeiros dias da campanha.

Mas, vilas e cidades jazem adormecidas desse interesse, as pessoas estão cansadas, ou descrentes, ou, ainda, não tiveram tempo de perceber os mecanismos legais que conduzem à organização do poder político.

Deste deambular trouxemos uma certeza: o povo não conhece sequer a Constituição e, como tal, também não se acha motivado para, e segundo a mesma, participar na vida política, o que constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático.

Poder local são duas palavras que o povo gostaria de saber transformar em algo de concreto, mas não sabe muito bem como.

E as pessoas, de facto, não acreditam que estas eleições possam resultar quaisquer benefícios, em termos da resolução concreta dos graves problemas que continuam a castigar os habitantes deste país.

Os partidos que se apresentam às eleições, bem como os grupos de cidadãos ditos independentes que concorrem para realizar, nalguns lugares, sessões de esclarecimento ou de apresentação dos seus candidatos.

A média de presenças não ultrapassou as 300, mesmo em cidades com larga densidade populacional. Nas vilas e freguesias, vinte ou trinta dos seus habitantes têm tido disponibilidade de tempo ou de espírito para ouvir propagandas os programas, ouvir as promessas, decidir-se a acreditar e a optar.

«NAO SOMOS PESSOAS DE LETRAS, É QUASE AQUILO QUE NOS METEM NA MÃO...»

— Já vieram cá os partidos fazer sessões de propaganda? — Veio o P. S., mas foram só vinte e tal pessoas a assistir. A gente, aqui, não sabia do nada...

Não foi possível falar com o presidente da Junta, e cantoneiro e andava a trabalhar longe dali.

Maranhão não tem água,

de, pelo seu número de habitantes ser apenas de 116, se irá realizar um plenário de eleitores, a fim de escolherem os membros da Assembleia de Freguesia.

A freguesia é composta por vários «montes», que, dali, do Maranhão, se vislumbram à distância. São pessoas geograficamente agrupadas, mas dispersas pela separação dos longos quilómetros de estrada.

E a vida do povo do Maranhão pode sintetizar-se nas palavras de uma mulher de 46 anos, Maria Emilia Catarro, camponesa nascida e criada naquele pedaço de terra, que nos diz: «Somos quase todos analfabetos, como é que vamos de perceber destas coisas? Não somos pessoas de letras, é quase aquilo que nos metem na mão... Mas devemos de votar, pois, se é essa a nossa obrigação...»

— Já vieram cá os partidos fazer sessões de propaganda? — Veio o P. S., mas foram só vinte e tal pessoas a assistir. A gente, aqui, não sabia do nada...

Não foi possível falar com o presidente da Junta, e cantoneiro e andava a trabalhar longe dali.

Maranhão não tem água,

sem luz, nem esgotos. As pessoas nunca lêem jornais. A televisão (a bateria) não tem bateria...

«O corpo também anda tão moído que não nos pede distração».

Mais estrada, outro concelho do distrito de Portalegre, desta vez paragem no Gavião. Três formações políticas à disputa dos lugares-chave nas autarquias locais. A Frente Eleitoral Povo Unido, o P. S. e o C. D. S., este último concorrendo só para a Câmara Municipal. As pessoas completamente desinteressadas das eleições e sua finalidade. No concelho do Gavião, outra freguesia, a Atalaia, onde apenas residem 274 habitantes.

Também ali o processo de eleger localmente os seus representantes se apresenta nebuloso. — Estão sem presidente da Junta de Freguesia há mais de um ano, desde que ele foi para Setúbal.

José Joaquim Marques Heitor está metido na organização da campanha eleitoral do Povo Unido, mas falta desencantada-seus conterrâneos ao trabalho político que seria necessário fazer lá na terra. É um homem prestes a desistir, perant-

te a desmobilização quase geral da gente da terra.

Em Castelo de Vide, mesmo junto à Câmara Municipal e onde estão afixadas as listas dos partidos, um grupo de homens, idosos e desocupados, conversavam e conversaram connosco.

«Isto é terra de pouco esclarecimento» — avança Afonso Nacarinho Ribeiro, 71 anos, muitas rugas e desilusões.

— Já leu a Constituição? — Por acaso, nunca me veio às mãos, mas a minha opinião está formada, sei fazer o meu juízo.

— As pessoas cá da terra assistem a comícios e a sessões de esclarecimento? — Ai, dex p r cento do pessoal ainda vai... Ninguém tem resolvido nada, veja só o aumento nos irão dar nas pensões de reforma?

As eleições anteriores, ou estas, vão resolver os nossos problemas? Aqui já nem há sedes de partidos, fecharam-nas.

No concelho de Castelo de Vide, concorre o P. S. e o Povo Unido. Só que as pessoas continuam a suportar a mesma vida, sem achar solução para coisa alguma, passado que

vai longo tempo depois de julgarem passado o outro tempo.

OS INDEPENDENTES OU A RABULA DA INDEPENDENCIA

Chegados a Portalegre, sede de distrito, procurámos falar com o governador civil, Dr. Júlio Miranda Calha, que nos recebeu no seu gabinete para uma troca de impressões sobre o início da campanha eleitoral, que vai decorrendo conforme o calendário previamente estabelecido.

Todas as freguesias do concelho apresentaram listas de concorrentes. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal concorrem o P. S., F. E. P. U., P. S. D., C. D. S. e o G. D. U. P.

Com a presença do seu secretário-geral, o C. D. S. inaugurou, em Portalegre, a campanha do seu partido.

Uma curiosa situação, quanto à candidatura dos grupos independentes, viria a ser detectada por nós, em Elvas.

Mas, antes, falaremos do «Grupo Independente dos Amigos de Alegrete», da freguesia de Alegrete, localidade com cerca de 4 mil habitantes e 2 mil eleitores recenseados.

Os independentes disputam as eleições, a nível local, com o P. S., e a F. E. P. U.

No café da terra, ponto de encontro da gente do lugar e, também, ponto escolhido pelo repórter que procura saber (para contar), encontramos facilmente homens que integram essa lista.

Como programa, dizem ter a defesa intransigente dos interesses dos alegreenses.

O Grupo tem um porta-voz, o qual, de facto, falou logo de início, e concludentemente, em nome dos presentes e ausentes.

Chama-se (o porta-voz) Fernando Trindade, diz-nos que é retornado e comerciante.

— O Grupo dos Independentes tem simpatizantes do P. P. D. e do P. S., comunistas é que não!

As pessoas foram escolhidas numa reunião aberta a toda a população, que havia de congregar cerca de duzentas pessoas. Dos quarenta nomes propostos, haveriam de ser escolhidos os doze componentes da lista independente.

José Maria Monteiro Trindade é pedreiro e é um dos nomes que figura na lista.

Fala-nos da maioria do povo que é analfabeta; que, se ele for eleito para a Assembleia da Freguesia, lutarão para que a terra tenha um médico permanente. Não sabe muito bem quais as atribuições que lhe vão competir, se ganhar, não consegue explicar-nos, em termos exactos, como é que vai lutar pelos interesses da terra. Nunca leu a Constituição, não sabe o que poderá ser o poder local exercido a partir da ligação da Assembleia de Freguesia ao povo. É, decerto, um homem de boa vontade que não se queria ver metido nisso, mas foi escolhido, e quando vai levar o pão à serraria

proveita para esclarecer tudo isto pode... O símbolo do Grupo dos Independentes de Alegrete é o X. Assim, vão ensinando aos que não sabem ler em quem têm de votar no próximo dia 12.

Em Elvas, aparece o P. P. D. a concorrer à Câmara Municipal com o rótulo de independente. Distribuiu propaganda em a sigla do partido, mas parece que, neste caos, os militantes do P. P. D. despem o momento partidário e crismam-se de independentes. Como é possível? A interrogação aqui não tem resposta.

As Assembleias de Freguesia à Câmara Municipal concorrem, também, no concelho de Elvas, o C. D. S., P. S., S. D. e F. E. P. U.

AVEMOS DE VOTAR AQUELE QUE PUXE PARA O NOSSO LADO

A saída da cidade, a caminho de Vila Fernando, onde vamos haver também listas de cidadãos independentes, encontramos um rancho de mulheres na apanha da azeitona. Se sabiam como votar, se tinham ouvido na televisão as sessões explicativas de como proceder no dia das eleições, não havia dúvidas — foram algumas das perguntas que lhes fizemos.

A mais nova do grupo, vinte e dois anos, é que responde. Diz a Maria deste: «Nós havemos de ir votar aqueles que puxam para o nosso lado, lá sabemos que, de vez em quando, há de perceber. Eu, na televisão, já ouvi, mas não me dá a entender, porque eu não sei ler.»

Houve uma risada geral. Era o grupo de mulheres, entre vinte e os quarenta e cinco anos, dobradas, oito horas por dia, na apanha da azeitona ou amanho da terra, à consista de um salário de 130\$000 mensais.

«Lá demos com Vila Fernando, freguesia onde vivem só cinquenta pessoas. Mas, apesar disso, tem duas listas de independentes. Gente que não lê os jornais, que não lê os jornais, que não lê os jornais...»

«A senhora sabe bem que não vota fica lá no campo que não votou. E depois a gente não comparece e isto de repente, dá uma volta».

«Lá em Redondo, na taberna local, três homens abancam no reféio comum. Um camponês de 45 anos, Jacinto Felizardo José, diz-nos da sua tristeza de não saber ler, da vida madrastra que o mantém afastado dos centros onde as pessoas se podem instruir, saber coisas, aprender.

Diz: «Vê-se que não sabe nada de nada. Mas quer votar,

na mesma, sem outra alternativa que não seja a costumada miséria, as suas míseras privações.

A passagem por Terrugem, interpele um pastor, 55 anos de vida e cem anos de marcas de sujeição e fome.

«Não sabia, não senhor, que havia isso das eleições».

«Ando aqui a defender a minha jorna, durmo ao pé dos animais, não sabia de nada, não.»

— Como é que vai fazer para votar? Vai procurar saber, aconselhar-se com alguém? — Se me for aconselhar com alguém, podem-me puxar para mal. Pouco sei ler, mas tenho de fazer a minha ideia própria. Agora, que já sei disso, vou começar a pensar.»

Chama-se José Freire. O rebanho e os cães são a sua companhia.

APATIA, CANSAÇO OU QUE?

No distrito de Évora, sente-se a mesma apatia, o mesmo cansaço (ou o mesmo desinteresse?)

Concorrem às eleições várias formações políticas, a saber: C. D. S., P. S. D., F. E. P. U., P. S. e G. D. U. P. Não se apresentam, em todo o distrito, grupos de independentes. Ao fenómeno do desinteresse das pessoas por estas eleições que se avizinham não deverá ser alheio o impasse a que chegaram todas as promessas políticas das anteriores campanhas.

A alta do custo de vida, problemas de habitação, saúde e ensino, o retrocesso nas conquistas populares, que alguns partidos defendem, quanto muito em termos de dialéctica, a própria violação constante da Constituição, tudo isso pesará na autêntica desmobilização para o próximo acto eleitoral.

É opinião generalizada de que a margem de abstenções ainda será mais elevada. É a sintomática a conversa do velho pedreiro de Viana do Alentejo, que nos diz: «Esta vez, ainda lá vou, a ver se há alguma melhoria, mas mais não! Não sei, não se vê nada a favor do povo. Eu sou velho, assisto à revolta do tempo do Sidónio Pais e a outras coisas que se passaram. Tenho mantido sempre a esperança de dias melhores. Isto não vai com eleições. E, desta vez, ainda lá vou. Mas mais não!»

Um pouco por todo o Alentejo, cartazes de propaganda do «Frente Eleitoral Povo Unido» enfeitam as paredes. Mas são os únicos que vimos, com excepção de Redondo, onde também encontramos um cartaz de propaganda do P. S.

Lá em Redondo, na taberna local, três homens abancam no reféio comum. Um camponês de 45 anos, Jacinto Felizardo José, diz-nos da sua tristeza de não saber ler, da vida madrastra que o mantém afastado dos centros onde as pessoas se podem instruir, saber coisas, aprender.

Diz: «Vê-se que não sabe nada de nada. Mas quer votar,



O descanso semanal das lides do campo poderá ser aproveitado para votar neste domingo que se aproxima. Antes disso (e depois) a apanha da azeitona continua...



Lá no monte alentejano soam, distantes e apagados, os ecos da política. Como pode optar o povo que nasce e vive isolado das cidades pela distância?

votou das outras vezes, é uma obrigação... — Como é que vai fazer para escolher em quem é que vai votar? — Quando lá chegar, peço para me explicarem, faço como das outras vezes.

No concelho de Redondo concorrem o C. D. S., o P. S. e a F. E. P. U.

AS PESSOAS ESTÃO «ARRUMADAS» NOS PARTIDOS HA MUITO TEMPO

Em Vila Viçosa, cuja freguesia tem mais de 4500 pessoas, o primeiro grupo a fazer uma sessão de propaganda foi a F. E. P. U.

Reuniu cerca de 200 pessoas na plateia do Teatro Florbela Espanca.

Maria Manuela Assis trabalha no posto dos Correios e está céptica quanto à participação do povo nas eleições. «As pes-

soas não ligam, nem sabem muito bem como é que as coisas podem tomar outro cariz com esta tiragem de gente nuns lugares e noutros.»

Foi ainda em Vila Viçosa que recolhemos a opinião seguinte: «As pessoas ou estão desde há muito «arrumadas» nos seus partidos ou não ligam decididamente à política. As primeiras são capazes de ir votar; as outras não vão. Mesmo as que votam, quantas vezes o fazem sem qualquer consciência daquilo que estão a fazer! Vão às urnas por simpatia com certos dirigentes políticos, sem conhecerem sequer as bases programáticas que eles defendem...»

Neste concelho disputa os lugares para as autarquias locais, além da Frente, o P. S. e o C. D. S.

Em Évora, e mesmo na ausência do governador civil, capitão José Luis da Conceição Cardoso, obtivemos algumas das informações constantes deste trabalho.

António Porfírio Guimarães trabalha na construção civil,

tem de ir à boleia para Évora, todos os dias, para a obra onde está agora. É muito novo, terá vinte e poucos anos e um olhar já cansado — ou ausente.

«Muitos companheiros meus desistiram já deste choque de ideias, a gente não vê nada de bom, nem sei se é de esperar que com outras pessoas à frente das Câmaras e das Juntas vá resultar algum benefício para o povo.»

— Está à vontade com o mecanismo do voto, desta vez? Há quem ache complicado... — Responde um camarada que com ele subia a rua e parava também perto de nós: «Eu cá não tenho problemas. Vou à cooperativa onde pertence e lá me hei-de esclarecer antes de votar.»

Quem não compreendeu ainda o que fazer dos três papéis de cor diferente que, no dia 12, receberemos das mãos do presidente da mesa da secção de voto tem já pouco tempo para perceber.

Politicamente, a opção é secreta.

tem de ir à boleia para Évora, todos os dias, para a obra onde está agora. É muito novo, terá vinte e poucos anos e um olhar já cansado — ou ausente.

«Muitos companheiros meus desistiram já deste choque de ideias, a gente não vê nada de bom, nem sei se é de esperar que com outras pessoas à frente das Câmaras e das Juntas vá resultar algum benefício para o povo.»

— Está à vontade com o mecanismo do voto, desta vez? Há quem ache complicado... — Responde um camarada que com ele subia a rua e parava também perto de nós: «Eu cá não tenho problemas. Vou à cooperativa onde pertence e lá me hei-de esclarecer antes de votar.»

Quem não compreendeu ainda o que fazer dos três papéis de cor diferente que, no dia 12, receberemos das mãos do presidente da mesa da secção de voto tem já pouco tempo para perceber.

Politicamente, a opção é secreta.

NOTÍCIAS DA CAMPANHA

O que tem sido e de que forma está a decorrer a campanha eleitoral; a participação dos cidadãos num acto particularmente importante, que lhes dá directamente respeito — eis o que, em sùmula, noticiamos a seguir.

SILVA GRAÇA: «ESTABELLECER UMA POLÍTICA DE RENDAS DE CASA»

O dr. Silva Graça, candidato da Frente Eleitoral Povo Unido à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, afirmou, numa sessão realizada no Clube Oriental: «Há que dar combate à especulação dos terrenos, resolver o problema da habitação e equipamento, estabelecer uma política de rendas de casa de acordo com os rendimentos, transformar a rede hospitalar (que é uma antígona vergonha e insulto), privilegiar de maneira decisiva os transportes colectivos, fomentar a construção de locais de convívio e de lazer, apoiar as colectividades de recreio».

Silva Graça declarou ainda: «Duas coisas fundamentais distinguem as listas do Povo Unido de todas as outras: a sua confiança limitada nas massas populares, na sua actividade criadora e ainda na necessidade vital de participação das populações na resolução dos seus problemas».

Houve, também, intervenções de Paulo Loureiro (candidato à Câmara), Mário Castilho (Câmara), José Luis de Matos (F. S. P.), Lídia Pinheiro (membro do P. C. P. e candidata à Assembleia Municipal). Na mesa, estavam ainda presentes Bárbara Lopes (independente), António Campino (Comissão de Marvila), Santos Jorge (comissão do Beato), Marques Henriques (comissão dos Olivais), Mário Bruxelas (antigo governador civil de Lisboa), Caldeira Rodrigues (antigo presidente da CML), Jaime Félix (CC do P. C. P.), eng. Oliveira e Sá e dr. Duarte Vidal.

PROTESTO DA F.E.P.U. DO PORTO JUNTO DA COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

PORTO — Deslocou-se a Lisboa uma delegação da Frente Eleitoral Povo Unido, constituída pelo eng. Manuel Andrade, candidato à Câmara Municipal; e Alzida Leite, da comissão concelhisa do «Povo Unido», para se avistar com a Comissão Nacional de Eleições. Foram expor a gravidade da situação provocada pelas ilegalidades praticadas no Porto contra a campanha da F. E. P. U., exigindo soluções urgentes e eficazes. O «Povo Unido» pretendeu fazer o seu comício de abertura, mas tal não foi possível por força da programação daquela casa de espectáculos.

Entretanto, o Comando Distrital de P. S. P. do Porto tornou público um comunicado no qual se afirma que «ao ler o conhecimento, pela leitura dos jornais diários de 1-12-76, do teor de um comunicado da Frente Eleitoral Povo Unido no qual se alude à interrupção de uma sessão pública por dois agentes da P. S. P., ocorrida em 20 de Novembro, pelas 22 e 30 horas, na Cooperativa da Foz e, a respeito de uma descolagem de cartazes ordenada pela Câmara do Porto, «aparato policial digno dos tempos de antigamente», comunica o seguinte com vista a um esclarecimento isento do público:

1 — No dia 19 de Novembro (e não ao como refere o comunicado) o pedido telefónico efectuado através do 115, dois guardas desta P. S. P. desobedeceram à Cooperativa da Foz, com vista a detectar se algo de anormal se verificava, como havia sido referido. Tendo-se constatado tratar-se de uma sessão de esclarecimento e não havendo qualquer violação à lei, os guardas retiraram depois de terem identificado os elementos da mesa constituída para o efeito, conforme a lei permite.

2 — No dia 30 de Novembro, a pedido da comissão de gestão da Câmara do Porto, foram deslocados para junto das passagens subterrâneas da praça Almeida Garrett, 12 elementos desta P. S. P., sem qualquer aparato policial e sem qualquer armamento especial, com a missão exclusiva de protecção aos

trabalhadores daquela Câmara encarregados da remoção da propaganda eleitoral ali fixada.»

FREITAS DO AMARAL EM DOIS COMÍCIOS C. D. S.

Freitas do Amaral e Basílio Horta estiveram presentes no comício do C. D. S. efectuado ontem, em Estremoz, com segurança policial.

Maria de Lurdes Cabral, abriu a sessão e falou sobre o acto eleitoral, alargando-se em considerações de ordem geral.

Em seguida, usou da palavra Basílio Horta, que afirmou em determinado ponto: «Somos um partido que diz sempre a mesma coisa, que tem o orgulho de ter um só nome e um só projecto político.» Referindo-se ao Alentejo, o orador disse: «A terra alentejana tem de ser restituída à liberdade, pois devemos dizer que o Alentejo não é uma terra vermelha.»

Freitas do Amaral criticou a descolonização e afirmou, a dado passo, que «a nova independência está em risco, com a crise económica que o País atravessa», afirmando, depois que o C. D. S. pretende saber se existem em Portugal dois governos: um no Alentejo, chefiado por Alvaro Cunhal, e outro no resto do País, dirigido por Mário Soares.»

Também em Santarém o C.

D. S. abriu a campanha eleitoral, tendo falado o dr. Henrique Cruz, Carlos Godinho, Vieira Pinto, Cunha Simões e Martins Canaveire.

Freitas do Amaral encerrou a sessão, pondo em relevo a importância das eleições para as autarquias locais. Afirmou ser um dever de todos os portugueses estarem presentes no acto, disertando ainda sobre as controvérsias políticas da vida do País, da Assembleia da República, e quanto à hora grave, quer económica, quer social e política, por que o Povo Português está a passar.

P. P. M.: «VAMOS ACABAR COM A ESPECULAÇÃO DE TERRENOS»

Da exposição do Partido Popular Monárquico extraímos as seguintes passagens, apresentadas durante uma conferência de Imprensa:

«A Câmara de Lisboa tem de promover a criação de uma efectiva Federação de Municípios, englobando os actuais concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Mafra, Loures, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira; Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete e ainda Palmela, Setúbal e Sesimbra.»

Ao futuro Governo da Federação Metropolitana de Lisboa competiria coordenar o desenvolvimento, fomento e enqua-

dramento regional dos empreendimentos que excedam o âmbito municipal.»

«Pretendemos recuperar a cidade para a habitação, promovendo a manutenção ou reestruturação das «paredes históricas» e dos espaços que elas definem. Queremos dar uso habitacional a toda uma vasta área da cidade que está a morrer. Em Lisboa (concelho) há uma vasta possibilidade de se conseguirem habitações capazes, mediante obras de recuperação de «fogos» existentes.»

Prometemos acabar com as demolições cuja finalidade seja a especulação, quer esta se traduza em aumento desproporcionado, e ilusório, de número de «fogos», efectivamente impróprios para a habitação, quer se apresente como meio de mera valorização financeira, sem benefício económico real, de determinado terreno ou área.»

«Vamos acabar com a especulação dos terrenos. Para isso temos de estabelecer critérios que permitam uniformizar os preços e fixá-los dentro de limites que não favoreçam os «ajudados» dos terrenos para construção. Isso implica a determinação, nas áreas de expansão urbana de, pelo menos, cinco categorias de zonas, para fixação de preços respeitantes ao solo dentro do concelho de Lisboa e dos concelhos federados: zonas urbanas históricas; zonas urbanas de ocupação consistente; zonas de ocupação pouco densa; zonas de agricultura intensiva; e zonas rurais.»

P. S.: «NÃO PACTUAREMOS COM SITUAÇÕES DÚBIAS»

«O S casos de corrupção serão combatidos implacavelmente e não pactuaremos com situações dúbias — afirmou o eng. Aquilino Ribeiro Machado, que encabeça a lista do Partido Socialista às eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, durante a conferência de Imprensa que ontem se realizou na sede daquele partido, em Lisboa, e que tinha por fim apresentar os candidatos e o seu programa.

A conferência de Imprensa foi presidida por aquele elemento do P. S., ladeado por Raul Régo, que encabeça a lista do partido para a Assembleia Municipal, e pelo independente Lyon de Castro. Estiveram presentes, também, muitos dos candidatos da lista.

Apresentando o «Programa de Gestão do Município de Lisboa», Aquilino Ribeiro referiu vários aspectos daquele documento. Urbanização e defesa do meio ambiente, combate às carenças habitacionais, circulação e transportes e equipamentos colectivos, são alguns dos pontos mais salientes do programa. Abordando os problemas da habitação, Aquilino Ribeiro Machado salientou que, neste sector, a situação «foi particularmente

agravada pela intensa procura, por uma especulação fundiária e imobiliária sem freios e pela escassez de terrenos disponíveis. Nesta perspectiva, os candidatos socialistas lutarão para que os empreendimentos a realizar sejam predominantemente preenchidos com fogos de carácter social» e para que uma quota-parte significativa das novas habitações, a confiar à iniciativa privada, seja destinada a cooperativas de habitação e edifícios de renda limitada.

O mercado clandestino de habitação também mereceu a atenção dos candidatos socialistas, que consideraram que as freguesias e as comissões de moradores poderão combater eficazmente este surto especulativo; a par de uma intervenção acrescida dos serviços municipais.

Quanto aos «bairros de lata», os candidatos do P. S. sustentam ser necessário «assegurar uma adequada realização dos objectivos do programa S. A. A. L. para a progressiva irradiação das situações existentes, mediante a edificação, sempre que possível no próprio local, de casas dotadas com os necessários requisitos».

A resolução da circulação automóvel em Lisboa e as insuficiências dos transportes públicos suscitam, também, as atenções do P. S., e entre as medidas preconizadas salienta-se a elaboração de um plano director de conjunto, o apoio à criação de pólos regionais de atracção demográfica, a prioridade absoluta dos transportes públicos e um melhor aproveitamento dos já existentes.

No que respeita a equipamentos colectivos, o programa do P. S. aponta para o melhoramento da rede de escolas pré-primárias, primárias e secundárias, o aproveitamento de espaços verdes, o apoio às instituições de cultura e recreio, construção de parques desportivos, uma melhor coordenação das potencialidades locais da assistência médica e o apoio aos pequenos comerciantes de forma a fugirem às cadeias especulativas dos intermediários.

Finalmente, assinala-se que os candidatos socialistas tencionam melhorar as condições de trabalho dos funcionários municipais, assim como dialogar com a estrutura sindical dos trabalhadores da C. M. L.

M. R. P. P. DENUNCIA «MANIPULAÇÕES OPERADAS NA LEI ELEITORAL»

NA sede nacional do M. R. P. P., em Lisboa, realizou-se uma conferência de Imprensa, durante a qual foi feito o balanço das listas concorrentes às eleições para as autarquias locais, seguido de uma crítica severa à prática do partido governamental e a outras organizações partidárias que, aberta ou disfarçadamente, apresentam outras alternativas.

Em termos de notícia, dois factos merecem particular relevo: o primeiro, refere-se à apresentação das listas próprias do M. R. P. P. que, à escala nacional, cobrem cerca de 50 por cento do eleitorado; o outro, diz respeito à próxima realização do 1.º Congresso Nacional do M. R. P. P., previsto para os dias 26, 27 e 28 deste mês, em Lisboa, na sequência do «trabalho de massas» que se propõe desenvolver com estas eleições.

A conferência de Imprensa foi promovida pelas listas dos distritos de Lisboa e Setúbal, encontrando-se na presidência da mesa Fernando Rosas, director do «Luta Popular» e cabeça de lista do M. R. P. P. para a Câmara Municipal de Lisboa, ladeado por José Romão, mecânico de telefones, cabeça de lista para a Câmara de Oeiras, e por Maria Emília P. B. Gonçalves, empregada de escritório, cabeça de lista para a Assembleia Municipal de Almada.

O primeiro ponto abordado incidiu sobre a situação das candidaturas em Setúbal, onde se apresentam 336 candidaturas a 404 lugares, em 10 Câmaras, seis Assembleias Muni-

cipais e 16 Freguesias, correspondendo a cerca de 80 por cento do eleitorado. As listas para as Assembleias Municipais e de Freguesia, em Sesimbra, em Almada, são completas, assim como as das Câmaras de Almada, Sesimbra, Barreiro, Moita, Seixal, Setúbal, Alcochete, Montijo e Sines.

No distrito de Lisboa, o M. R. P. P. apresenta um total de 1378 candidatos a 11 Câmaras, 175 Freguesias e uma Assembleia Municipal, cobrindo, deste modo, 98 por cento do eleitorado. Nestas condições, apresenta-se como o 5.º Partido em Lisboa (em relação ao número de Câmaras e de Freguesias a que concorre) e, segundo o mesmo critério, é o 6.º Partido em Setúbal e nos restantes distritos onde se apresenta ao eleitorado.

O 2.º ponto foi de denúncia das «manipulações operadas na Lei Eleitoral» com o objectivo de «possibilitar ao partido governamental e demais partidos da burguesia a legalização das ilegalidades cometidas no processo de apresentação das candidaturas». Concretamente, foi referido o facto de as referidas leis terem sido feitas em cima dos prazos de entrega da documentação, de tal maneira que «só quem deles tinha prévio conhecimento podia cumprir o que acabava de ser exigido». Isto serve ao M. R. P. P. para denunciar a natureza de classe desta Lei, em particular, e das eleições, no seu todo.

Foi também feito «o desmascaramento do silêncio feito pela Imprensa dos partidos burgueses relativamente à par-

ticipação e intervenção do M. R. P. P. nas eleições para as Autarquias», não tendo referido esse facto antes do início da campanha, e, depois da sua abertura, também só dois jornais reproduziram os seus comunicados.

O carácter «pretensamente apolítico e apertidário» destas eleições — foi a seguir denunciado, porque os problemas locais apenas são resolúveis no quadro mais vasto da solução global dos problemas do povo, como são a fome, a miséria e a exploração. Negar isto, segundo o M. R. P. P., é tentar desviar as atenções do povo dos seus problemas, levando-o a crer que as eleições são uma coisa meramente técnica, onde a política não é chamada. E, neste aspecto, foram particularmente atacados os G. D. U. P. e a F. E. P. U., organizações que «escodem os partidos que não podem apresentar-se perante as massas e, deste modo, tentam vender a mesma mercadoria com novas embalagens». Outro facto severamente criticado foi a falta de regulamentação da competência dos novos órgãos da administração local, o que «vai permitir ao Governo desvirtuar os resultados das eleições, procedendo «a posteriori» a essa regulamentação, de acordo com os resultados...»

O programa apresentado pelo M. R. P. P. é considerado um «programa de luta, cujo principal aspecto é o mandato popular — luta de unidade e de organização do povo na resolução dos seus problemas». Nos sítios onde não concorre, o M. R. P. P. ou aconselha o voto em branco ou apoia listas de cidadãos democratas e sem partido, se existirem.